



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO

O presente documento visa analisar a viabilidade da futura aquisição de insumos e poltronas hospitalares para reidratação e administração de medicamentos em pacientes suspeitos e confirmados com dengue a serem atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde do município de Bandeirantes, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência de forma a melhor atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Bandeirantes-Pr.

I – Informações Gerais:

1. Número do Processo Administrativo:	
2. Setor Requisitante:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
3. Equipe de Planejamento da Contratação:	Eliane da Luz Furtado Juliana Cristina Bassetto Segatto Cinara Abreu Neves

II – Diagnóstico da Situação Atual:

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):

1.1. O objetivo é a aquisição de insumos e poltronas hospitalares para reidratação e administração de medicamentos em pacientes suspeitos e confirmados com dengue a serem atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde do município de Bandeirantes. Esta demanda surgiu em resposta às necessidades específicas identificadas pela Secretaria de Saúde, com o objetivo de garantir o bom funcionamento das atividades de atendimento e tratamento de pacientes confirmados e com suspeita de dengue. As quantidades solicitadas foram cuidadosamente planejadas para atender às necessidades específicas desta Secretaria, garantindo que as UBS estejam adequadamente equipadas para fornecer um atendimento eficiente e de alta qualidade a todos os pacientes com dengue. Este planejamento assegura que a infraestrutura necessária esteja disponível para a realização adequada das atividades de tratamento e para a manutenção da qualidade dos cuidados prestados, sem comprometer a eficiência das operações.

Além disso, a aquisição desses produtos por meio de uma licitação pública garante a transparência, a competitividade e o cumprimento das exigências legais, buscando o melhor atendimento das necessidades da administração municipal. Através desse processo, será possível selecionar os fornecedores mais qualificados, considerando critérios como preço, qualidade dos produtos, prazos de entrega e garantia sanitária.

1.2. Justificamos nossa solicitação para realização de processo licitatório, visando a AQUISIÇÃO DE INSUMOS E POLTRONAS HOSPITALARES PARA REIDRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM PACIENTES SUSPEITOS E CONFIRMADOS COM DENGUE A SEREM ATENDIDOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, com a exposição dos seguintes argumentos que tornam necessária a solicitação em questão:

Considerando que a partir do último ano, o atendimento a pacientes com necessidade urgente de hidratação intravenosa foi significativamente reestruturado no município de Bandeirantes, pois, anteriormente, pacientes que precisavam de tratamento urgente eram encaminhados ao pronto atendimento da cidade, o que muitas vezes resultava em atrasos e sobrecarga nos serviços de emergência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Considerando que com a recente implantação de um serviço de triagem e tratamento no Posto Central de Saúde e nas demais Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município, pacientes com confirmação e suspeita de dengue agora são identificados e tratados diretamente no posto, sem a necessidade de encaminhamento imediato para o pronto socorro do hospital;

Considerando que essa mudança tem trazido uma maior agilidade e eficiência no tratamento, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades urgentes dos pacientes;

Considerando que a aquisição dos insumos: Soro Fisiológico em diferentes volumes (100 ml, 250 ml, 500 ml e 1000 ml), Cateter Periférico (abocath) nº 18 e nº 22, Equipo Macro gotas e Poltronas reclináveis para Hidratação e Coleta de Sangue é uma medida estratégica para assegurar a continuidade e a eficiência do tratamento de dengue no município, alinhada com as melhorias recentes na estrutura de atendimento;

Considerando que a reestruturação do atendimento trouxe benefícios consideráveis, mas também aumentou a demanda por insumos hospitalares essenciais, que são críticos para a administração de tratamentos de reidratação e medicamentos em pacientes confirmados e com suspeita de dengue;

Considerando que o soro fisiológico é um recurso vital na reidratação de pacientes com dengue, ajudando a prevenir a desidratação grave e outras complicações associadas à doença. Garantir a disponibilidade contínua desses frascos em múltiplos volumes é crucial para atender às diferentes necessidades clínicas dos pacientes;

O soro fisiológico é uma solução salina estéril de cloreto de sódio a 0,9% utilizada amplamente em práticas médicas para várias finalidades, incluindo reidratação e administração de medicamentos. A escolha de diferentes volumes atende às necessidades variadas dos pacientes e às diferentes situações clínicas:

Soro Fisiológico 100 ml: Ideal para administração em pequenos volumes e para uso em situações que exigem precisão, como em recém-nascidos ou em doses de manutenção de medicamentos intravenosos;

Soro Fisiológico 250 ml: Usados frequentemente em pacientes que necessitam de volumes moderados de fluidos, facilitando a reidratação e a administração de medicamentos em situações de emergência e tratamento contínuo;

Soro Fisiológico 500 ml: Adequado para pacientes com necessidades de hidratação mais substanciais e para tratamento em condições clínicas que exigem volumes maiores de fluidos;

Soro Fisiológico 1000 ml: Essencial para tratamento de desidratação severa e administração de fluidos em pacientes com condições graves, como em casos avançados de dengue que podem causar hemorragias e desidratação significativa.

A disponibilidade desses diferentes volumes é crucial para garantir que o tratamento possa ser ajustado de acordo com a condição clínica específica do paciente, garantindo a eficácia e a segurança do tratamento;

A aquisição e a manutenção de um estoque adequado de Cloreto de Sódio 0,9% são essenciais para garantir que todos os pontos de atendimento, incluindo o Posto Central de Saúde e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), possam oferecer tratamento de alta qualidade e atender eficazmente à demanda de pacientes com dengue e outras condições que necessitam de administração intravenosa de fluidos;

A aquisição de Cateteres Periféricos (abocath) é essencial para garantir a eficiência no atendimento a pacientes em situação de emergência e em tratamento contínuo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Os Cateteres Periféricos são fundamentais para a administração de fluidos e medicamentos, especialmente em condições que requerem acesso intravenoso rápido e seguro, como em casos de dengue e outras emergências médicas;

O Abocath nº 18 tem aproximadamente 1,3 mm. e seu uso é adequado para infusões de grandes volumes de fluidos e medicamentos com viscosidade média a alta;

É ideal para situações de alta urgência e emergências onde são necessários volumes significativos de fluidos rapidamente, pois permite um fluxo rápido e eficiente, essencial para a reidratação em casos severos de dengue e para a administração de medicamentos em situações de emergência;

O Abocath nº 22 tem Aproximadamente 0,9 mm. e seu uso é adequado para administração de fluidos e medicamentos em volumes menores, e para pacientes com veias mais delicadas ou pequenas;

É ideal para infusões contínuas e para acesso em pacientes que requerem um acesso intravenoso menos invasivo e mais confortável, sendo adequado para crianças, idosos, e pacientes com veias pequenas ou frágeis;

A disponibilidade dos cateteres nº 18 e nº 22 permite uma gestão mais eficiente dos casos, garantindo que pacientes com diferentes necessidades possam ser atendidos rapidamente e com o menor desconforto possível;

O cateter nº 18 é especialmente importante para situações de reidratação rápida, enquanto o nº 22 é crucial para pacientes com veias menores ou que necessitam de um acesso menos invasivo;

A aquisição dos cateteres Abocath nº 18 e nº 22 é crucial para manter a qualidade do atendimento nas unidades de saúde do município, incluindo o Posto Central e as demais Unidades Básicas de Saúde (UBS). Com um estoque adequado desses insumos, a equipe médica poderá oferecer tratamento rápido e eficaz, atender a uma variedade de necessidades dos pacientes e garantir a continuidade do atendimento sem interrupções;

Para melhorar o atendimento e a eficiência das UBS, é essencial a aquisição de Poltronas Reclináveis específicas para hidratação e coleta de sangue, pois elas irão proporcionar conforto, segurança e eficiência no atendimento e, consequentemente a redução da sobrecarga no Pronto Socorro do município;

Com poltronas adequadas, as UBS poderão realizar os procedimentos de forma mais eficiente e eficaz, reduzindo a necessidade de encaminhamentos para o pronto socorro;

Isso ajudará a descentralizar o atendimento e permitirá que os recursos do pronto socorro sejam alocados para casos mais críticos, contribuindo para a redução da sobrecarga do sistema de emergência e melhorando a qualidade do atendimento para todos os pacientes;

A implementação das Poltronas Reclináveis nas UBS de Bandeirantes é um passo importante para atender de maneira adequada o aumento na demanda de casos de dengue. Este investimento permitirá uma melhor gestão dos pacientes e uma melhoria geral na eficiência dos serviços de saúde.

Pelo exposto entendemos estar justificada nossa solicitação, a qual virá suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirantes, proporcionando a aquisição dos insumos e poltronas necessários para que os servidores tenham condições de manter um atendimento de alta qualidade, eficiente e adaptado à demanda crescente, assegurando uma resposta ágil e segura para pacientes suspeitos e confirmados com dengue e outras necessidades de tratamento intravenoso, contribuindo, assim, para a redução do tempo de espera e para um atendimento mais humanizado e confortável, resultando em uma resposta mais eficaz à epidemia de dengue e, consequentemente, na melhoria dos indicadores de saúde da comunidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):

Considerando que o objeto da contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme previsão legal no artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, pois, os produtos aqui tratados são caracterizados como bens comuns, e existe a necessidade de realização de processo anual para sua aquisição a fim de suprir a demanda da Secretaria de Saúde.

Previsão no PAC: Publicado no Diário Oficial Eletrônico, no dia 16 de agosto de 2024, páginas 74 e 84.

<input checked="" type="checkbox"/> Sim – Especificar Ano: 2024		<input type="checkbox"/> Não	
SECRETARIA		ITEM:	
SAÚDE		<u>SEQ.68SA e SEQ. 155SA</u>	
Créditos orçamentários:			
DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO	
323 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.30.00	- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002	
332 11.001.10.122.1003.6069.4.4.90.52.00	- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	00303/00303.01.02.00.00.1.500.1002	
352 11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.30.00	- INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO	00351/00494.09.02.05.20.1.621.0000	
Em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, apresente contratação enquadrar-se em:			
Criação ação de governo	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Expansão ação de governo	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
Aperfeiçoamento ação de governo	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	

3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):

3.1 DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS E POLTRONAS HOSPITALARES PARA REIDRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM PACIENTES SUSPEITOS E CONFIRMADOS COM DENGUE A SEREM ATENDIDOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES.

3.2. NATUREZA DO SERVIÇO: Material para Consumo e Material Permanente.

3.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO: A contratação para a aquisição deverá obedecer, no que couber:

3.3.1. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.3.2. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.3.3. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.3.4. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:

3.4.1. Para garantir que as aquisições atinjam a eficácia e segurança dos produtos durante todo o seu ciclo de vida é importante abordar os padrões mínimos de qualidade e desempenho. Esta abordagem garante que a descrição e especificação dos produtos sejam claras, detalhadas e alinhadas com os padrões de qualidade necessários para atender às necessidades hospitalares de forma eficaz e segura. Aqui estão os padrões mínimos que a empresa deverá possuir:

3.4.2. Cateteres Periféricos (22 e 18 GAU)

_ Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Certificações: Os cateteres devem atender às normas da ANVISA e possuir certificação de qualidade ISO 13485.

Segurança e Estabilidade: Deve haver garantia de baixo risco de complicações associadas ao uso, como tromboflebite e infiltração.

Durabilidade: Os cateteres devem manter suas propriedades de desempenho e integridade até a data de validade especificada pelo fabricante.

3.4.3. Cloreto de Sódio 0,9% (Volumes de 100, 250, 500 e 1000 ml)

- Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

Certificações e Qualidade: O produto deve estar em conformidade com as normas da ANVISA e apresentar certificados de boa prática de fabricação.

Estabilidade e Segurança: A solução deve manter a concentração de cloreto de sódio dentro de tolerâncias especificadas, com um prazo de validade claramente indicado e com garantia de esterilidade até a data de vencimento.

3.4.4. Equipo Macro gotas Completo

- Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

Certificações: O equipo deve atender às normas da ANVISA e possuir certificação ISO 13485.

Segurança e Funcionalidade: Deve ter uma taxa mínima de falhas no controle de fluxo e garantir uma administração segura e eficiente de fluidos.

3.4.5. Poltronas Hospitalares para Reidratação e Coleta de Sangue

- Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

Certificações e Segurança: As poltronas devem cumprir as normas de segurança e ergonomia, e estar certificadas conforme os regulamentos locais e internacionais para equipamentos hospitalares.

Durabilidade e Manutenção: Deve ter uma vida útil mínima de 12 meses com manutenção fácil e custos baixos. Deve resistir a desgaste e desinfecção frequente sem perda de integridade ou funcionalidade.

3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será permitida a subcontratação integral e nem parcial do objeto.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S: Nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014, nesse processo não será aplicado o critério de exclusividade, uma vez que não obtivemos no mínimo 3 (três) orçamentos de empresas com classificação de portes ME, MEI ou EPP.

3.7. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS: No que se refere a cooperativa, não será restringido, porém, conforme documentos necessários, deverá possuir ainda o objeto social compatível: Como regra geral, é possível a participação de cooperativas em licitações desde que o objeto social da cooperativa seja compatível com o objeto licitado.

3.8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS: Não será permitido o consórcio de empresas; justificando-se uma vez que o objeto em si mesmo é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento;

3.9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Incluir previsão no Termo de Referência de cláusulas que obriguem a contratada a utilizar de práticas sustentáveis, tais como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.
- b) Em caso de necessidade de envio de documentos à CONTRATANTE, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- c) Dar destinação sustentável a todos os resíduos produzidos, privilegiando o reuso e a reciclagem dos materiais utilizados.
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços, bem como quando de demonstração do modo de utilização para a CONTRATANTE;
- e) Implementar um sistema eficiente de coleta, separação e descarte adequado de resíduos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- f) Capacitar os funcionários e conscientizá-los sobre a importância da gestão sustentável de resíduos.
- g) Estabelecer parcerias com empresas de reciclagem e cooperativas locais para coleta seletiva e recuperação de materiais;
- h) Atender no que for possível as normativas fixadas em Decreto Municipal nº 3.537/2023 de 09 de maio de 2023 referente aos critérios de sustentabilidade, em especial o disposto nos Art. 361, Art. 363 e 364.

3.10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

3.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, sendo ela FERNANDA DO CARMO DA SILVEIRA.

3.10.2. A gestão do contrato deverá ser realizada pelo Sr. ALEXANDRO BERETTA.

3.10.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.10.4. Deve ser atentado para o disposto do Decreto Municipal nº 3.537/2023, quanto as atribuições do gestor e fiscal do contrato.

3.10.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.10.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.10.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.10.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.10.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.10.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.10.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.10.12. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:

3.10.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.10.14. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.10.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.10.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.10.17. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.10.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.10.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.11. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

3.11.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: 10/2024;

3.11.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: 10/2024

3.11.3. Data início da execução: 10/2024

3.11.4. O contrato deverá possuir prazo de validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme estabelecido pela lei 14.133/21 e suas alterações.

3.11.5. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

3.11.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

3.11.7. DO PAGAMENTO: Considerando que não demandara a presente contratação de exigência de garantia para execução dos serviços, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços objeto da presente contratação.

3.11.8. A aquisição será feita de forma parcelada, conforme a necessidade do setor demandante.

3.11.9. O prazo de entrega dos produtos será de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de empenho do mesmo.

3.11.9. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) contados a partir do atesto da Nota Fiscal.

4. Estimativas das quantidades a serem contratadas:

4.1. A quantidade planejada é para cobrir um período de 12 (doze) meses, com ênfase no período de verão quando os casos de dengue tendem a aumentar significativamente. A previsão é baseada em dados históricos e tendências observadas, garantindo que o município de Bandeirantes esteja preparado para fornecer um atendimento de qualidade e eficiente a todos os pacientes.

ITEM	DESCRIPTIVO	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Cateter Periférico (abocath); Material Cateter: Polímero Radiopaco; Aplicação: Venoso; Material Agulha: Agulha Aço Inox; Diâmetro: 22 GAU; Comprimento: Cerca 25 MM; Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor C/ Clamp; Conector: Conector Padrão C/ Injetor Lateral; componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32; Tipo Uso: Estéril; Descartável; Embalagem Individual.	438244	UND	3000
2	Cateter Periférico (abocath); Material Cateter: Polímero Radiopaco; Aplicação: Venoso; Material Agulha: Agulha Aço Inox; Diâmetro: 18 GAU; Comprimento: Cerca 30 MM; Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor C/ Clamp; Conector: Conector Padrão C/ Injetor Lateral; componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32; Tipo Uso: Estéril; Descartável; Embalagem Individual.	438249	UND	260
3	Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 100 mililitros.	452796	FR	440
4	Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 250 mililitros.	452796	FR	1500
5	Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 500 mililitros.	452796	FR	880



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6	Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 1000 mililitros	452796	FR	440
7	Equipo Macro gotas Completo; Luer Lock; contendo Injetor Lateral; Ponta perfurante de alta resistência; Câmara flexível com macro gotejamento) e filtro de partículas; Regulador de fluxo (pinça rolete) para um controle eficaz de gotejamento; Injetor Lateral auto cicatrizante; Tubo flexível com no mínimo 150cm; Conector Luer Lock que permite uma conexão mais rápida por encaixe; Matéria prima sem látex, atóxica, apirrogênica, Estéril. Embalado em embalagem individual.	609493	UND	3260
8	Poltrona Reclinável para Hidratação e Coleta de sangue, contendo Assento, Encosto, Apoio Braços e Pés Articulados. Deverá ser confeccionada em estrutura em tubos de aço redondo com acabamento em pintura epóxi, assento e encosto estofados em espuma revestidos em courvin nas cores preto ou azul; compatível para atendimento de pacientes adultos, possuindo capacidade para no mínimo 120 kg. Garantia mínima de 12 meses.	484081	UND	12

III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):

1. Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):

1.1. A análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas de atendimento à demanda considerando, além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

1.2. Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

1.3. Destaca-se que a quantidade de fornecedores não é restrita pois existem diversos fornecedores que comercializam.

1.4. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da administração pública, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada neste estudo, como pretensão aquisitiva, a ser efetivada mediante procedimento formal de compras, consistirá no Registro de Preços, conforme as especificações, as métricas, padrões mínimos de desempenho e de qualidade, limitado ao quantitativo estimado, estabelecidos pelo setor requisitante.

1.5. ALTERNATIVAS DO MERCADO: Considerando ainda, as alternativas para solucionar a necessidade em questão, encontramos as seguintes possíveis soluções:

1.5.1. Parcerias com Outras Instituições: Firmar parcerias com hospitais, clínicas e instituições de saúde que já possuem a infraestrutura necessária. Isso pode permitir o compartilhamento de recursos e equipamentos;

1.5.2. Serviços de Saúde Móvel: Contratar empresas que oferecem serviços de saúde móvel, como unidades de atendimento móveis ou clínicas móveis, que podem ser deslocadas para áreas com alta demanda;

1.5.3. Soluções de Reidratação Alternativas: Investigar e implementar métodos alternativos e mais eficientes para reidratação, como soluções de reidratação oral de fácil administração;

1.5.4. Controle e Prevenção do Vetor: Fortalecer programas de controle do mosquito Aedes aegypti, como a eliminação de criadouros e a aplicação de inseticidas, para reduzir a propagação da dengue.

1.6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA: Em análise das alternativas, optamos, portanto, por dar andamento ao processo, com o objetivo de adquirir os insumos e poltronas hospitalares, uma vez que já utilizamos esse método e atendeu satisfatoriamente as necessidades do setor demandante pelos seguintes argumentos:

1.6.1. Satisfação do Setor: O setor de saúde relatou que a abordagem de aquisição direta permitirá um atendimento eficiente e ininterrupto, garantindo que as UBS possam lidar adequadamente com



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

o aumento significativo de casos, especialmente durante o verão, quando a incidência de dengue é maior;

1.6.2. Imediata Disponibilidade: Garantir a compra dos itens permite a pronta disponibilidade dos recursos conforme a demanda, evitando os atrasos associados a processos alternativos de fornecimento e o risco de escassez durante períodos críticos;

1.6.3. Conhecimento das Necessidades: A experiência anterior demonstrou que a aquisição proporcionará um entendimento profundo das necessidades específicas das UBS e da demanda de pacientes com dengue. Esse conhecimento permite ajustar as quantidades e tipos de insumos e equipamentos de forma mais precisa;

1.6.4. Comparação com Outras Estratégias: Embora outras alternativas, como parcerias e serviços móveis, possam ser consideradas, elas não oferecem o mesmo nível de controle direto e imediata disponibilidade que a aquisição direta proporciona, podendo, inclusive, introduzir complexidades adicionais e não garantir o mesmo nível de resposta rápida e específica às necessidades emergentes.

Portanto, a aquisição de insumos e poltronas hospitalares se apresenta como a melhor estratégia juntamente serviços de prevenção, para que assim possamos garantir que as UBSs do município de Bandeirantes possam continuar oferecendo um atendimento eficaz e de alta qualidade aos pacientes suspeitos e confirmados com dengue. A experiência positiva anterior e a adequação do método às necessidades específicas do setor reforçam a decisão de seguir com a aquisição direta, assegurando que o município esteja bem preparado para enfrentar a demanda durante todo o ano, especialmente nos períodos críticos de alta incidência da doença.

2. Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):

2.1. A estimativa de valor da contratação realizada nesse ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção. Foram realizadas análises de contratações similares ao objeto feitas por outros órgãos e entidades da administração pública, a fim de identificar nestas contratações a existência de novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

2.2. A pesquisa de preço deste estudo utilizou a metodologia disposta em Art. 368 do Municipal nº 3.537/2023, sendo os preços obtidos de forma combinada:

2.2.1. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços no site: <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://bps.saude.gov.br/login.jsf>.

2.2.2. Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

2.2.3. Utilização de dados de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e hora de acesso;

2.2.4. Pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;

2.3. Para identificar o valor para o item a ser adquirido foi utilizado o MÉTODO ESTATÍSTICO da MÉDIA de preços das cestas encontradas, ressaltando ainda que não foi possível obter valores de todos os itens que compõem o processo.

2.3.1. Desta forma, o valor total do processo se deu em R\$ 50.178,72 (cinquenta mil, cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

3. Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):

Os itens objetos desta contratação se enquadram na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

encontradas no mercado, de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 3.537/2023.

Em análise as possibilidades de contratações para a aquisição dos insumos e poltronas hospitalares solicitados, optamos que o processo seja realizado através de Pregão Eletrônico, por sistema de Registro de Preços, conforme decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

IV - Detalhamento da Solução Escolhida:

1. Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº 3.537/2023):

1.1. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO: Comum, devido a sua forma de execução, sendo os mesmos realizados por um vasto número de empresas do ramo deste objeto.

1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO: A aquisição de material de consumo, deverá obedecer, no que couber ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações;

1.3. DA EXECUÇÃO E ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

1.3.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho;

1.3.2. A proposta de preço deverá compreender todas as despesas referentes a entrega, taxas e impostos;

1.3.3. Os itens a serem disponibilizado e especificado neste estudo técnico, deverão estar em perfeitas condições de utilização.

1.3.4. A CONTRATADA deverá substituir, por sua conta, no total ou em parte, o item em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.3.5. Os itens especificados neste estudo técnico, classificam-se como comuns, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021, e deverão ser fornecidos a esta Municipalidade de forma parcelada de acordo com quantidades solicitadas na Solicitação de Fornecimento a ser oportunamente expedida pela Secretaria requisitante.

1.3.6. Caso algum dos produtos entregues apresente alguma contradição com o que foi solicitado neste estudo, de termo de referência ou algum defeito de fabricação, a CONTRATADA deverá providenciar a troca/substituição do mesmo em até 05 (cinco) dias úteis.

1.3.7. Os insumos e poltronas hospitalares desta contratação, deverão ser entregues pelos fornecedores, conforme especificações definidas em Edital, onde o fornecedor deverá assumir todas e quaisquer responsabilidades por todas as providências e obrigações na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos insumos e equipamentos que deverão ser entregues.

1.3.8. Como critérios de sustentabilidade, devem ser considerados os produtos em embalagens de materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, e produzidos sem a utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

1.3.9. Considerando o art. 7º do Decreto nº 8.077/2013 determina que os produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 1976, devem ser registrados na ANVISA.

1.3.10. As empresas participantes do certame, deverão possuir a AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa), emitido pela ANVISA e Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária.

1.3.11. Os insumos e poltronas hospitalares poderão ser encaminhados de forma parcelada, no endereço indicado pela secretaria, juntamente com o pedido.

1.3.12. Os insumos e poltronas hospitalares serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para feito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

1.3.13. Os insumos e poltronas hospitalares devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem.

1.3.14. As notas fiscais deverão conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos materiais e equipamentos odontológicos, nos termos dos artigos 9º e 13 incisos VIII e X, da Portaria Anvisa 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução ANVISA RDC 320/2002.

1.3.15. Os insumos e poltronas hospitalares não devem apresentar avarias ou adulterações.

1.3.16. Os insumos hospitalares deverão ter prazo de validade mínimo de 15 meses da data de entrega e no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação.

1.3.17. Deverão ser observadas as condições específicas de armazenamento e de transporte dos produtos adquiridos, objetivando a garantia da estabilidade dos mesmos.

1.3.18. Os insumos e poltronas hospitalares poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.3.19. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

1.3.20. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.3.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução o contrato.

1.3.22. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete no envio das mercadorias e também quando houver a necessidade de retirada dos produtos, será de responsabilidade da contratada.

1.3.23. Caso haja a necessidade em substituir marcas, a contratada deverá encaminhar documento com a justificativa, juntamente com o registro da ANVISA do produto (quando houver), para a apreciação da contratante.

1.4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

1.4.1. O prazo de entrega dos produtos será de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da data de empenho do mesmo, onde os pedidos serão feitos de forma parcelada conforme a necessidade do setor demandante. O item será aceito somente se atender a todas as especificações técnicas estabelecidas no estudo e no termo de referência.

1.4.2. Em caso de não observância do prazo para a entrega dos produtos, falta do produto, casos fortuitos ou de força maior, a CONTRATADA deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, sob pena de sofrer as sanções previstas no contrato administrativo e na legislação legal.

2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15, §1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):

2.1. No processo licitatório serão julgados os preços por item, conforme Art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que não se tem a necessidade em se julgar por grupos, pois, apesar dos itens fazerem parte de um mesmo segmento, a administração não será prejudicada caso tenhamos diversos fornecedores, conforme base em processos realizados anteriormente.

2.2. Considerando ainda que iremos proporcionar uma ampla participação de licitantes, visto que poderão realizar propostas apenas nos itens que fazem parte do seu rol de produtos.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

4. Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):

4.1. As escolhas efetuadas ao longo da elaboração do ETP quanto a modalidade escolhida, a divisão por item, entrega parcelada conforme requisição mostraram-se ser as soluções mais viáveis.

As razões que motivaram a escolha das alternativas, considerando as informações apuradas nas análises técnica-funcional e econômica, baseiam-se nas opções levantadas e disponíveis no mercado atualmente.

A solução escolhida proporcionará benefícios para a instituição, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, alinhada aos instrumentos estratégicos institucionais e governamentais.

5. Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):

5.1. No momento, não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada, em termos de capacitação de servidores na fiscalização e gestão contratual ou na adequação do ambiente da organização.

5. Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):

5.1. Quanto aos aspectos ambientais, os materiais especificados nesse estudo fazem parte de um processo de aquisição de produtos certificados e qualificados com selos de qualidade de acordo com as normas vigentes.

5.2. Visando estimular e estabelecer procedimentos de descarte, reparos adequados e soluções eficientes que causem menos impactos na natureza, a CONTRATADA deverá quando se fizer necessário utilizar papel reciclado, impressão frente e verso, visando reduzir o consumo de água e energia, bem como a emissão de gases efeito estufa e a geração de resíduos.

5.3. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO, para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade e segurança dos materiais que se enquadrarem.

5.4. A aquisição de materiais e equipamentos poderá acarretar uma série de possíveis impactos ambientais, tais como:

5.5. Impacto na produção e fabricação, visto que a produção de materiais e equipamentos pode envolver o uso de recursos naturais, como metais e plásticos, e gerar resíduos e emissões de poluentes. O processo de fabricação pode também consumir energia e água.

5.6. Transporte e logística, pois o transporte de materiais e equipamentos pode resultar em emissões de gases de efeito estufa, consumo de combustível e poluição atmosférica, especialmente se a origem dos produtos for distante.

5.7. Uso de recursos, em razão de que alguns equipamentos e materiais podem consumir recursos naturais durante seu uso, como energia elétrica e água, e podem exigir insumos que têm um impacto ambiental significativo.

5.8. Resíduos e descarte, dado que a utilização de materiais e equipamentos gera resíduos, incluindo embalagens, materiais de uso único e equipamentos obsoletos. O descarte inadequado pode levar à poluição e ao acúmulo de resíduos em aterros.

5.9. Impacto dos materiais de consumo, uma vez que materiais de consumo, como itens descartáveis e produtos de uso único, podem contribuir para o aumento da quantidade de resíduos gerados e para o impacto ambiental associado à sua produção e descarte.

5.10. Uso de produtos químicos, já que alguns materiais e equipamentos podem envolver o uso de produtos químicos, como desinfetantes e esterilizantes, que podem ter impactos ambientais se não forem geridos adequadamente.

5.11. Impacto na saúde ambiental e comunitária, pois impacto ambiental pode afetar a saúde das comunidades próximas, especialmente se houver poluição ou contaminação associada aos processos de fabricação, transporte e descarte.

Portanto, ao considerar a aquisição dos mesmos é essencial adotarmos uma abordagem proativa para minimizar os impactos ambientais, escolhendo fornecedores comprometidos com práticas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

sustentáveis, implementando estratégias de gestão de recursos e optando por produtos eficientes e com menor impacto, buscando assim garantir que a aquisição seja ambientalmente responsável.

Os produtos deverão ser de baixo impacto ambiental, em especial quanto à utilização de:

- a) materiais menos agressivos ao meio ambiente.
- b) produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável.

6. Mapa de Risco

6.1. Anexo ao processo.

7. Aplicação do critério margem de preferência (art. 79, §2º, IX do Decreto nº 3.537/2023):

7.1. Em atendimento a Margem de Preferência, relatamos que não estaremos aplicando o critério para o objeto da contratação.

V – Posicionamento Conclusivo:

Assim, após o estudo, verificamos que o objeto é de fundamental importância para o município, tendo em vista que atenderá as necessidades do setor demandante, motivo pelo qual esta equipe **DECLARA A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** nos moldes apresentados nos parágrafos acima.

Ademais, com a aquisição desses insumos e poltronas hospitalares, o município estará melhor preparado para enfrentar as demandas de tratamento e reidratação de pacientes com dengue, assegurando que o sistema de saúde local possa responder de forma eficaz e ágil às necessidades da população.

Por fim, considerando as informações levantadas, a equipe de planejamento entende que o ETP deve ser classificado como **NÃO SIGILOSO**, nos termos da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – sendo divulgado na sua integralidade.

Bandeirantes (PR), 11 de setembro de 2024.

Eliane da Luz Furtado
Diretora dos Postos de Saúde do Município

Juliana Cristina Bassetto Segatto
Enfermeira Supervisora UBS Central/AMI

Cinara Abreu Neves
Assistente Técnico Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ